



14

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

### ATA N.º 4/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2020

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**

**António Luís Miranda dos Santos Serra**

#### **SECRETÁRIOS:**

**1.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes**

**HORA DE ABERTURA: Dezasais horas**

**LOCAL: Videoconferência na plataforma eletrónica do Microsoft Teams**

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam do Anexo (I) desta ata e que dela faz parte integrante. -----

Às dezasseis horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----



h

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 1** -----

**I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30-06-2020** -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício em exercício** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2020. -----

Não havendo inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou a ata à votação, em que a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de junho de 2020**. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

**PONTO 2** -----

**EXPEDIENTE** -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu conhecimento do expediente recebido. -----

**PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS** -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu início aos trabalhos do Ponto III. --

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: ----

A senhora **Patricia Quintalo** tomou a palavra para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara, o ponto de situação relativamente à situação pandémica, COVID-19, que atravessamos, quer o número de



14

casos, medidas e se houve ou não a necessidade de se procederem a alterações e o que estava a ser feito. -----

De seguida, o senhor **Alexandre Gonçalves**, que disse: -----

**“Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027 - Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027”** -----

*Em 19 de Abril de 2018 aprovámos, por unanimidade, na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela uma Moção de apoio à Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027. Esta Candidatura ultrapassa, em grande escala, a conquista de um “distrito”. É um projeto de âmbito regional que tem como principal finalidade o desenvolvimento do nosso território através da sua dimensão cultural, considerando e valorizando a qualidade de vida das nossas gentes. -----*

*Contemplo este projeto com entusiasmo, mas também com algumas doses de desassossego. O projeto tem obrigatoriamente de ser estruturante não só para a Guarda, como também para toda a região. -- Parece-me, até porque pertença à Direção do Centro Cultural da Guarda, uma das maiores instituições culturais da zona centro do País, que as associações culturais, as empresas, a comunicação social, os artistas e a sociedade civil ainda estão pouco embrulhadas com a referida Candidatura. Será que este projeto não é de todos e para todos? Será que o envolvimento de toda a região não é fundamental para que o projeto se materialize e se perpetue? Será que todos não somos nós? Sr. Presidente da Câmara Municipal do Sabugal, e membro do Conselho Geral desta Candidatura, conhece algum projeto que faça parte desta Candidatura? Tem alguma informação, para além de alguns contratos de prestação de serviços, da recente inauguração da sede e de uma ou outra iniciativa, acerca das medidas perfilhadas pelos promotores e responsáveis da Candidatura? Tem conhecimento que amanhã, dia 1 de Outubro, vai ser lançada a primeira Agenda Cultural da Beira Interior que reunirá a programação cultural, de Outubro de 2020 a Março de 2021, dos 17 Municípios que integram a Candidatura? Sabe quantas Associações do nosso Concelho enviaram a programação cultural para integrar a referida Agenda? -----*

*Os Municípios apoiantes e envolvidos neste projeto têm a obrigação de questionar e exigir respostas aos promotores e responsáveis da Candidatura, pois considero que a mesma, bem trabalhada, poderá ser uma alavanca importante para o desenvolvimento de toda a região, afirmando-a no contexto regional, nacional e europeu. É fundamental edificar contextos que ambicionem, verdadeiramente, o desenvolvimento cultural, social e económico do território. Fragilizar a desertificação e corrigir assimetrias, descerrando as portas a todos, são objetivos obrigatórios e inquestionáveis. -----*



h

*A Guarda merece ser Capital Europeia da Cultura, nós merecemos que a Guarda seja Capital Europeia da Cultura, no entanto precisamos de sentir que este “projeto de território” tem alma e está no caminho certo. O tempo urge, e talvez seja necessário refletir e alterar alguns procedimentos”.* ---

Seguiu dizendo: -----

***“Acessibilidade e Mobilidade para Todos - Acessibilidade e Mobilidade para Todos -----***

*Sabemos que o espaço público é planeado, em variadíssimas ocasiões, com ausência de regras, ou regras mal definidas e pouco abrangentes, sem objetivos consistentes e sem o cabal cumprimento de normas. Logo, torna-se fundamental apresentar as debilidades do espaço público, pautado amiudadamente por armadilhas e obstáculos inultrapassáveis. -----*

*Os sinais de trânsito e as placas toponímicas assumem um papel essencial à organização das vilas e das cidades. Todavia, os mesmos, e pelo facto de a sua localização estar centrada no passeio, constituem um dos obstáculos mais frequentes e restritivos à circulação pedonal. -----*

*Os sinais de trânsito, as placas toponímicas, as árvores, os postes de eletricidade, os armários tipo EDP e o pavimento defeituoso acabam por constituir os obstáculos mais comuns nas vilas e cidades do Distrito da Guarda. A maioria das barreiras que encontramos nos passeios pode ser removida de modo bastante simples, ou seja, sem obras ou através de pequenas obras. Será que a função dos passeios não é sistematicamente esquecida e desrespeitada? Será que a conjuntura, especialmente nos Concelhos do Interior do País, referente ao incremento da população envelhecida não nos deve obrigar a refletir e, simultaneamente, “encorajar” a aplicar as medidas que garantam o espaço público pedonal inclusivo? Será que a criação de passeios devidamente dimensionados e organizados é uma empreitada assim tão difícil? Será que ter um Município acessível e seguro para todos não deve ser a nossa assinatura? Será que as áreas urbanas inclusivas não são amigas dos residentes e mais magnéticas para aqueles que nos visitam? Será que a legislação das acessibilidades não deve ser revigorada? Será que a fiscalização não deve ser intensificada? Será que um espaço público que sirva a todos não promove movimento e produz riqueza? Será que os outros não somos nós? -----*

*Um trabalho sobre acessibilidade nunca está concluído, reclamando um olhar ininterrupto e vigilante de todos. Os Manuais de Orientações Técnicas sobre Acessibilidade e Mobilidade somente são importantes se saírem dos gabinetes das Autarquias para a rua. Os grupos mais vulneráveis devem sentir as fragrâncias da rua e das pessoas, uma vez que esses mesmos grupos são sinónimo de vida e de dignidade.” -----*

Senhor **Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, João Nunes**, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que percorreu as praias fluviais do Município e que tanto o



município, como as freguesias estão de parabéns. Referiu ainda que, em tempo de pandemia, as atividades foram uma mais valia e sugeriu mais e maiores investimentos nessa área. -----

*“E, fazer outra nota ao senhor Presidente da Câmara. Eu pessoalmente gosto muito de capeias, os vídeos das capeias souberam a muito pouco. Para fazer relembrar as capeias, soube a muito pouco terem sido só transmitidos os vídeos no dia de cada capeia.” -----*

Seguiu-se o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira, Filipe Mendes**, que apresentou duas sugestões relacionadas com a pandemia e as sessões da Assembleia Municipal. -----

*“Realmente justificava-se que as assembleias fossem realizadas por videoconferência até agora porque temos de nos resguardar. Neste momento a vida tem de continuar, temos o exemplo das escolas, das empresas, está toda a gente a trabalhar, também já poderíamos realizar as assembleias no auditório onde sempre se realizaram. -----*

*A segunda sugestão tem a ver com o Regulamento de Apoio às Juntas, sobre a verba que é dada a cada Junta. Tive alguma dificuldade este ano, e tenho sempre. Para 10 mil euros que me dão, tenho de pedir sempre 3 orçamentos para a despesa que vou fazer. Acho que isso também deveria ser mudado, ou seja, se é para nos darem o dinheiro, que nos deem o dinheiro e nós podemos justificar no fim, quando nos derem o dinheiro.” -----*

Prosseguiu o senhor **Manuel Rasteiro**, que disse: -----

*“À medida que as obras do Largo da Fonte vão evoluindo, as pessoas interrogam-se se a obra contempla ou não casas de banho.” -----*

Seguiu-se o senhor **João Manata** que colocou duas questões. A primeira sobre a previsão do fim das obras de requalificação no Largo da Fonte, e a segunda sobre a empresa Viúva Monteiro, uma vez que há munícipes a queixarem-se que a empresa cortou a maior parte dos transportes para a Guarda, e se a Câmara poderia interceder junto da empresa porque os transportes fazem falta às pessoas que não têm transporte próprio. -----

O senhor **Germano Fernandes** tomou a palavra para dizer: -----

M

*“A minha intervenção tem a ver com a eleição dos Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, por quanto a Comunicação Social, nomeadamente, a de referência nacional Expresso que tem vindo a dizer que a eleição dos candidatos vai ser feita através de voto dos autarcas da região, e tem vindo a dizer também que os candidatos ao lugar de presidente destas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional são escolhidos, ou foram negociados ou indicados por negociação entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. -----*

*Ora, se assim é, importa saber qual é ou quais são os candidatos à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para que possamos conhecer a pessoa e o perfil que nos é imposto através de negociações políticas-partidárias, e aquilatarmos no perfil dessa pessoa para merecer ou não o nosso voto. E, assim sendo, porque a comunicação social também nos dá a indicação que há elementos que exercem públicas governativas, que deixam os lugares de Secretário de Estado para serem candidatos a uma dessas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, importa perguntar se sendo bons Secretários de Estado, como é o caso do Secretário de Estado José Apolinário, como é que deixa esse lugar para se candidatar ao lugar de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. -----*

*Dito isto, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se tem informações sobre o modo pelo qual se fez a escolha do candidato a esse lugar, qual a intervenção que teve enquanto Presidente da Câmara do Município do Sabugal, a intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal e se o voto dos autarcas é obrigatório ou se podemos não votar, porque de facto, esta eleição parece uma eleição corporativa, lembra-me o Estado Novo, em que não conhecemos o candidato e é imposto pelas estruturas partidárias e só os autarcas é que votam. -----*

*Ora, se há eleição, o voto devia ser para todos os cidadãos que o quisessem exercer. -----*

*Se o nosso Presidente tiver informações sobre este ponto, escolha do candidato, perfil do candidato, modo de eleição, agradecia essa informação.” -----*

O senhor **Presidente da Junta da União de Freguesias do Seixo do Côa e Vale Longo, David Neto**, tomou a palavra para realçar as palavras dos Presidentes da Junta da Cerdeira do Côa e da União de Freguesias de Forcalhos e Lageosa da Raia relativamente ao valor baixo das verbas para as obras que são necessárias fazer nas juntas. *“O Concelho não é só propriamente Sabugal, as nossas aldeias também têm de estar um bocado arranjadas, porque senão as pessoas vêm e não ficam nada satisfeitas. Eu fiz esta intervenção porque vi uma publicação do Jornal do Fundão em que diz que o Município do Sabugal vai investir 460 mil euros na reabilitação do Castelo de Alfaiates. Eu pergunto ao Município*

porque às vezes estas publicações não são muito explícitas e não nos dizem em que moldes é que é feito o investimento. Portanto, queria saber em que moldes é que vai ser feito este investimento, se foi participado por algum fundo, se foi suportado na totalidade pelo Município. -----

E queria realçar o pedido sobre este tema, porque temos a ponte de Sequeiros, cada vez mais visitado, e uma vez que tenho recebido mais algumas críticas vs. sugestões, queria saber se era possível reabilitar a ponte e a envolvente com uma candidatura nestes moldes.” -----

De seguida, o senhor **Manuel Lousa**, em representação do Partido Social Democrata, tomou a palavra para apresentar a seguinte proposta que se transcreve na íntegra: -----

“No momento em que: -----

- 1) O Governo de Portugal apresenta a União Europeia o **PLANO DE RECUPERAÇÃO e RESILIÊNCIA**, com o objetivo de obter os recursos financeiros adicionais alocados a PORTUGAL, tendo em conta os danos económicos e sociais causados pela pandemia do COVID\_19; -----
- 2) A CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) constrói a **VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO CENTRO 2030**; -----
- 3) Se aguarda com alguma expectativa para a Região e particularmente para os Concelhos da Fronteira, o desenvolvimento e resultados da **Cimeira Luso Espanhola**, a decorrer brevemente na Cidade da Guarda; -----
- 4) Se exige **um novo olhar** sobre o interior rural, num esforço de coesão territorial e de desenvolvimento integral do país, alavancado no potencial produtivo, patrimonial e identitário dos concelhos periféricos como o nosso; -----
- 5) Fruto das circunstâncias se produzem **alterações significativas** na perceção que as pessoas têm do mundo rural, **criando assim novas oportunidades** para o Concelho: -----

Importa que esta Assembleia, em consonância com a estratégia do executivo municipal, colabore ativamente na construção das estratégias locais e regionais, identificando os eixos prioritários de intervenção das políticas públicas para o Concelho. -----

É assim que identificamos como prioridades: -----

- 1) Promover a **Mobilidade e Acessibilidade** Concelhia: -----
  - a) Qualificar a ligação da Cidade do Sabugal ao Nó da A25 e A23, na Cidade da Guarda, com nova plataforma e variantes às localidades de Pega, Adão e Santana d Azinha; --
  - b) Repavimentação da Estrada da Raia, eixo estruturante para os Concelhos raianos; ---

15

- c) *Repavimentar as ligações de acesso a Espanha nos troços de Aldeia da Ponte e Lageosa da Raia;* -----
- d) *Negociar com o Governo de Espanha a execução das ligações a Valverde del Fresno e conclusão da ligação Navas Frias/ Foios.* -----
- 2) *Apostar na **Conetividade**, com a cobertura integral do Concelho em banda larga, potenciadora da instalação de novos empreendedores e empresas, de novas formas de trabalho, qualificando a vida dos residentes;* -----
- 3) *Desenvolvimento de um **Plano Municipal de Recuperação de Linhas de Água**, com a expansão e interligação dos regadios existentes, construção de novas reservas estratégicas de água, colocar a barragem do Sabugal ao serviço do Concelho, reforçar as capacidades de armazenamento e transporte de água; proteção e valorização dos recursos hídricos do Rio Côa e afluentes, valorizando a produção pecuária, a floresta e práticas de lazer;* ----
- 4) *Apetrechamento e requalificação da **rede de respostas sociais do Concelho**, com a requalificação de infraestruturas existentes; reforço de valências relacionadas com doenças degenerativas e cuidados continuados; novas respostas sociais e promoção do envelhecimento ativo;* -----
- 5) *Valorizar a **rede de serviços públicos de interesse geral**, nomeadamente a saúde, educação, transportes, energia, comunicações e apoio à atividade económica (serviços agricultura, pecuária e floresta);* -----
- 6) ***Valorização de recursos endógenos**, das paisagens e dos ecossistemas naturais transformados, que respeitam a história, cultura e biodiversidade próprias do concelho. Valorização da nossa cultura, identidade, dos núcleos antigos das várias aldeias, dos valores comunitários e da ruralidade, como alavanca promocional do Concelho, na marca “Sabugal Surpreenda os Sentidos”.* -----

*Os subscritores **propõem a esta Assembleia** a aprovação e encaminhamento da presente proposta para a CIM BSE, CCDRC, ao Ministério das Infraestruturas e da Habitação, Ministério da Coesão Territorial e Ministério da Agricultura.”* -----





h

Após as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para dar resposta às questões levantadas. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para responder às questões levantadas. -----

Relativamente à questão levantada pela senhora Patrícia Quintalo acerca da situação do COVID-19 no concelho, o senhor **Presidente da Câmara** informou não haver o desenvolvimento de um surto que inicialmente se considerou poder haver. *“Relativamente às medidas, é óbvio que nós estamos atentos e vamos também respondendo à medida da resposta do Governo Central, das indicações que vai dando e da Direção-Geral de Saúde. É evidente que as nossas equipas internas, as pessoas que temos na Proteção Civil Municipal, equipas de segurança, Ação Social e restantes setores, continuam em alerta, e vamos continuar ainda por muito tempo.* -----

*Dizer-vos que aprovámos um conjunto de medidas que tiveram o seu fim em junho. Em julho aprovámos um conjunto de medidas que cessam no dia de hoje. E estamos a preparar-nos para, na próxima Reunião de Câmara, fazermos novamente a reavaliação dessas medidas para que a vereação possa validar o prolongamento de algumas, a supressão de algumas e a eventual introdução de outras.*

*Continuamos todos sintonizados, e quando digo ‘todos’, é a Câmara, autoridades, os serviços de Proteção Civil, os Bombeiros, a Saúde, as escolas, as IPSS’s, os centros de dia, os municipais. Relembro que na última Assembleia foi feito um voto de louvor nesse sentido, e vamos todos continuar em alerta permanente, não facilitar e responder sempre que necessário, nos limites das nossas possibilidades.”* -----

Em resposta ao senhor Alexandre Gonçalves, o senhor **Presidente da Câmara**, em resposta à questão relacionada com a Guarda – Capital Europeia da Cultura, disse: -----

*“Como sabe houve mudanças na coordenação e orientação no projeto inicial. Nós temos acompanhado e respondido, quer com os técnicos, quer com os eleitos nos momentos em que somos convocados a participar e a colaborar na construção do projeto. Tivemos uma reunião há cerca de 2 meses, por convocatória da Câmara Municipal da Guarda. Obviamente que temos conhecimento e vamos participando nas iniciativas, e amanhã estará com certeza alguém na apresentação que referiu, e fiquei verdadeiramente surpreendido pelo facto de, para além dos municípios do distrito da Guarda, os concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão estarem envolvidos num projeto liderado pela Câmara Municipal da Guarda, mas é verdadeiramente um projeto a 17. É uma alavanca importante para a*



região, partindo do princípio que a cultura, a identidade, o saber e o fazer são importantíssimos e diferenciadores para o nosso território.” -----

Sobre o tema das acessibilidades, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que “*não me colocou nenhuma pergunta em concreto e em particular, mas concordo de uma frase que referiu, o trabalho de acessibilidades nunca está concluído. Quer os projetos que vamos construindo de novo, quer nas oportunidades que temos de cofinanciamento, nós vamos lançar agora um projeto de acessibilidades em Sortelha, são cerca de 120 mil euros, projeto apoiado pelo Turismo de Portugal e coordenado pela Associação das Aldeias Históricas de Portugal, e que permite criar um circuito de visitação na aldeia histórica de Sortelha, mais acessível.* -----

*Evidentemente que, a preocupação dos passeios, do espaço público, está sempre presente e vamos resolvendo sempre que lançamos um novo projeto, uma nova iniciativa de qualificação do espaço público. Todos os projetos contemplam a vertente da acessibilidade, que não se limita apenas às intervenções materiais.” -----*

Respondendo ao senhor Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, o senhor **Presidente da Câmara** afirmou que as praias fluviais são verdadeiramente uma aposta, “*estou muito satisfeito com o resultado da época balnear, da boa utilização dentro das limitações criadas pela pandemia. O trabalho de todos foi preponderante e eficaz. Quando digo todos, refiro-me à Agência Portuguesa do Ambiente, da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia. A boa preparação e acompanhamento merece o nosso reconhecimento. Fazemos votos para que em próximos anos possamos melhor usufruir do potencial instalado que o concelho já tem.* -----

*Relativamente às capeias, o nosso objetivo foi trazer a tradição à memória e marcar presença apesar da impossibilidade de viver a capeia na sua normalidade, não cair no esquecimento e brindar cada uma das aldeias, cada uma das mordomias com uma referência, não deixando a data no esquecimento. Penso que isso foi conseguido. Houve com certeza outras iniciativas populares que se juntaram, mas, era complicado para nós ir além daquilo que fizemos pela preservação e pela proteção à capeia.” --*

Face à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta da Cerdeira, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*Relativamente à questão levantada, sobre agilização de processos de contratualização, quantas vezes já aqui referida nesta Assembleia, a minha resposta é sempre a mesma. Não fazemos mais do que*

*aquilo que a legislação exige. Temos o Código dos Contratos Públicos que baliza a nossa ação. Tudo o que se poder agilizar, obviamente que o faremos.” -----*

Relativamente à intervenção do senhor Manuel Rasteiro o senhor **Presidente da Câmara** referenciou que, tal como havia dito na anterior assembleia, as obras do Largo da Fonte irão contemplar sanitários. *“Em relação ao Castelo vou verificar como está a situação, mas a resposta é idêntica a muitas outras, não havendo condições sanitárias, é preferível não deixar aberto.” -----*

Em resposta ao senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** disse que as obras no Largo da Fonte *“decorrem dentro da normalidade, mas que expectável um ligeiro atraso, embora os nossos técnicos e fiscalização façam tudo para que isso não aconteça. Mas acredito que a obra está a correr muito melhor que a rua 5 de outubro. -----*

Relativamente aos autocarros e às ligações, referiu que *“a maior parte de vocês não tem noção, do esforço financeiro do Município do Sabugal, na manutenção da rede de transportes, do enorme valor pago em compensações pelo serviço público, considerado essencial. A rede de transportes responde às Escolas, aos alunos, ao serviço social, aproxima as populações e os serviços. A verdade é que este serviço nunca existiria se o Município não pagasse anualmente cerca de 800 mil euros às duas operadoras que operam no nosso Concelho. O município é a Autoridade de Transportes é a responsável pela rede interna, dentro do concelho. É responsável pela fiscalização dentro do Concelho. Custa que não haja uma maior utilização do transporte, custa ver por vezes os autocarros a circular em vazio. Quando falamos de carreiras inter concelhias a Autoridade de Transportes é a CIM Beiras e Serra da Estrela e na ligação Sabugal-Guarda, a situação ainda se agrava mais, mas a Autoridade de Transportes pertence à CIM Beiras e Serra da Estrela, a situação é gerida a outro nível e exige a conjugação de esforços com outros municípios, e às vezes as respostas não são tão agilizadas como gostaríamos. Com a pandemia os operadores exigem compensações que em períodos “normais”, não reivindicavam. Até julho, a CIM consegue com a verba transferida do Orçamento de Estado garantir o pagamento desses serviços essenciais, a partir de agosto não tem disponibilidade financeira para responder aos serviços essenciais acordados. Verifica-se um impasse. Atualmente, se queremos a ligação Sabugal-Guarda tem de ser o município do Sabugal e o município da Guarda é que têm de pagar. O que se fez foi verificar verdadeiramente o que é que esse serviço essencial, e foi aí que acordámos, dentro da CIM, a Câmara do Sabugal e da Guarda. Também vos quero dizer que a utilização do transporte no sentido Sabugal-Guarda tem algum significado. A viagem Guarda-Sabugal tem utilização diminuta, sabendo nós que até há muitos profissionais a residir na Guarda e a trabalhar*



17

*no Sabugal. Como nota final e apesar das dificuldades, penso que o transporte inter concelhio e algum intra concelhio passará por ter um bom serviço de transporte “a pedido”. A fatura é paga por todos nós!” -----*

Em relação à questão da CCDR levantada pelo senhor Germano Fernandes, o senhor **Presidente da Câmara** disse que *“as eleições são o dia 13, a coordenação das eleições é feita pela mesa da assembleia com o apoio dos serviços municipais. A votação dura 3h e terá de se concertar o modelo de votação. -----*

*Quanto à propositura e escolha dos candidatos, também penso ser discutível. Recebi essa informação, que houve um acordo entre os 2 partidos, PS e PSD, em que o PSD indicava alguém para a presidência da CCDR Centro e Norte, e o PS indicava alguém para a presidência da CCDR Alentejo, Algarve e Área Metropolitana de Lisboa. Creio que ninguém quis complicar um processo que poderia nesta fase criar alguma confusão, pela sua novidade e pelas contingências da saúde pública. Por sinal, esta questão da CCDR Centro, pessoalmente não tenho qualquer problema em validar, pelo contrário, quer a proposta da Presidência, como da Vice-Presidência, são pessoas altamente competentes e conhecedoras da região.” -----*

Respondendo ao senhor Presidente da União de Freguesias do Seixo do Côa e Vale Longo, o senhor **Presidente da Câmara** declarou que o tema da reabilitação do Castelo de Alfaiates já havia sido discutido em assembleias municipais anteriores. *“É uma candidatura que a Câmara Municipal do Sabugal fez no âmbito do património cultural, só é aberta para imóveis classificados. É um projeto cofinanciado a 85% pela União Europeia, portanto, a Câmara vai pagar cerca de 70 mil euros, e a União Europeia 400 mil euros.” Sugeriu a Ponte de Sequeiros, vamos analisar, vamos ver e não vamos esquecer. -----*

Após os esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** teceu algumas considerações: -----

*“Quero pedir a todos que cada um de nós tenha cuidado com a nossa proteção e a proteção dos nossos companheiros da comunidade, tendo em atenção as regras básicas de higiene que são muito importantes, e, confiar no trabalho das autoridades de saúde pública, que estão atentas e cumprem com as suas obrigações de acompanhamento, deteção e vigia dos utentes com o teste positivo. -----*

*Uma palavra de apreço para a Proteção Civil do Sabugal, que sempre deu resposta às nossas situações, e sempre colaborou com as pessoas que estão em casa e necessitam de apoio. -----*

*Sobre a Reunião de hoje ser por videoconferência, é apenas cumprir aquilo que está estabelecido na Lei, e como toda a gente sabe o país está em estado de contingência, prorrogado até ao dia 15 de outubro, e aí estão diversas medidas, entre as quais refere que as reuniões devem ser ao mínimo presenciais, e temos já a experiência de duas reuniões de assembleia municipal de uma forma virtual.*

*Fui contactado para fazer a reunião apenas há alguns dias. Fui consultado pelo senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade de ser desta maneira, e eu concordei e dei de imediato o meu assentimento. -----*

*Vale mais prevenir do que remediar, nós no Sabugal estamos bem, temos muita gente que vem de fora, e eu não quis estar a arriscar.” -----*

Acerca da proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se alguém pretendia intervir. -----

Após inscrição, foi dada a palavra aos seguintes membros: -----

Senhora **Marisa Martins**, que apresentou a seguinte sugestão: -----

*“Atendendo à natureza genérica e abrangente da proposta que foi feita. Aliás, parece-me que é mais um caminho de vetores-diretores para o desenvolvimento do concelho, eu diria que é quase uma lista de desejos a concretizar, apelava que esta proposta fosse feita em nome da Assembleia Municipal, e não do PSD, se assim for possível.” -----*

Senhor **Joaquim Brázia**, que após cumprimentar os presentes, disse: -----

*“Eu acho que esta proposta está bem composta, no entanto, eu acho que deviam propor aí mais uma situação. Em termos de mobilidade falou-se na ligação à A23 e à A25, mas não se falou de uma coisa importante e penso que deveria estar lá escrito. É precisamente a gratuidade da A23 e da A25, que creio e considero que é extremamente importante que essas autoestradas sejam gratuitas no mínimo para a população do interior. -----*

*Relativamente ao desenvolvimento turístico, está aí a propor-se uma situação que é valorizar a barragem do sabugal. estamos a fazer uma proposta destas e, no entanto, mais à frente vamos ver que se vai excluir o projeto do centro náutico da barragem. Portanto, estamos a dar aqui um pontapé naquilo que efetivamente estamos a propor.” -----*

**Senhor Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, João Nunes:** -----

*“Vou votar a favor da proposta, mas há uma ou duas situações. Fala-se numa ligação Fóios-Navasfrias para uma repavimentação, quando temos duas estradas pavimentadas que são paralelas a essa, que é a ligação Aldeia do Bispo-Navasfrias-Casillas e Lageosa-Navasfrias-Casillas, em vez de andarmos a sobrepor estradas paralelas, seria melhor repavimentar-se a estrada Lageosa-Navasfrias-Casillas do que estarmos a pedir uma pavimentação nova.” -----*

**Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, Silvina Silva:** -----

*“Uma vez que aqui se fala na ligação com Valverde, e como acabou o João Nunes de dizer, há várias alternativas para ligar a Navasfrias, estou a perguntar se essa ligação com Valverde não poderá ser mais a oeste, ou seja, mais contra Malcata, mais contra Quadrazais, como alternativa a outras estradas já têm mais a nascente. Não sei se isso é possível, não sei se já está programado assim, ou qual é o traçado que está feito ou idealizado para Valverde.” -----*

Após as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** concedeu a palavra ao senhor Manuel Lousa, representante do Partido Social Democrata, para fazer a consideração acerca das sugestões apresentadas. -----

*“Como o senhor Presidente acabou de dizer, isto é uma carta de intenções e estamos abertos a até a algumas sugestões que apresentaram, e mesmo a ligação a Valverde é uma questão a negociar com o governo espanhol, portanto, estamos abertos a sugestões do próprio governo de Espanha. -----*

*Relativamente às portagens é aceitável essa proposta. -----*

*Em relação ao ser da assembleia, o grupo do PSD apresentou, ao ser aprovada deixa de ser do PSD e passa a ser da Assembleia Municipal.” -----*

M

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** propôs que fosse feita a alteração nos pontos referidos e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para se pronunciar acerca do assunto.

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“É evidente que concordo com o teor da proposta, eu próprio subscrevo. Falamos de mobilidade, acessibilidade, conectividade, extremamente importantes para um concelho que quer economia, quer gente que nos visite, que crie riqueza. Queremos melhores instituições, mais respostas sociais, melhor aproveitamento e valorização dos recursos naturais, da água, do solo, o usufruto do nosso património cultural e património natural, um concelho mais valorizado, produtivo e atrativo. Manter os serviços públicos essenciais garantes da segurança, saúde educação e proteção social é fundamental. -----*

O senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu a palavra à senhora **Marisa Martins**, que disse *“lamentar aquilo que o senhor Manuel Lousa, no âmbito do PSD, exija que a proposta vá só com o nome deles. Humildemente, me parece que todas as listas das propostas são propostas que poderiam ser feitas por qualquer cidadão do Sabugal, quanto mais por os membros da Assembleia Municipal. E atendendo a que estão recetivos a alinhar outras propostas, a modificar, se calhar até era um documento que poderia ser mais trabalhado e que pudessem ser acrescentadas algumas coisas. Não me parece muito justo que a intenção vá só com o nome do PSD.” -----*

Seguiu-se o senhor **Vitor Cavaleiro** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

*“Sou apologista e aprovo estes itens que foram levantados. Há aqui, contudo, um sentido de tentar aprovar para angariar receitas sem alguma conexão. Ou seja, aprovar acessibilidades é uma coisa, mobilidade é outra e aproveitar os recursos endógenos é outra. Toda a gente sabe que, começando pelos recursos hídricos, somos patrões de uma barragem que não beneficiamos absolutamente nada dela, tendo sido já referenciado noutras sessões. E eu quero sublinhar que apenas nos dão a água para beber, com uns trocos e umas migalhas que aquelas associações, como já sabemos nos dão. ----*

*O que é certo é que isto faz parte de um projeto mais alargado de repensarmos o que é que queremos para a barragem. Obviamente que a barragem é nossa e faz parte de um plano integrado de um âmbito mais alargado, que é o regadio de todas as zonas do Sabugal, da margem direita e da margem esquerda e com todo um sistema de bombagem da barragem para sistemas estratégicos e com a finalidade de se produzirem duas coisas, regar por um lado, e produzir energia por outro. Agora, temos de refletir sobre isso e não é mandar assim ‘uns bitaites para o ar’. Eu aprovo, mas é preciso*

17

refletirmos sobre isso. Estamos todos de acordo, coisas mais concretas e mais definidas. A margem direita do Côa é uma, e nós sabemos que lá em baixo na Cova da Beira estão a regar com a nossa água. Sinto-me um bocado responsável porque desde os primórdios estive no acompanhamento da barragem do Sabugal, do regadio e tudo isso. Passo lá e vejo que o milho já foi regado e está a secar, e vejo oliveiras a serem regadas com os canhões do milho. Isto é um absurdo, temos de atuar já. Para a nossa margem vejo vacas sem pasto e vejo pessoas com cisternas atrás dos tratores para dar de beber ao gado. Então, quando nós estamos a ver isto, assistimos passivamente e temos de atuar, aprovarmos com ideias concretas. Toda a gente sabe que lá em baixo a temperatura é superior o que faz com que haja um maior consumo de água e nós temos os solos idênticos a eles, produzindo por hectare a mesma quantidade com menos água. Temos de refletir muito sobre isso. Em relação aos recursos hídricos eu tenho a dizer que devemos fazer um acompanhamento de outras albufeiras do concelho, porque 114 milhões de hectolitros desta barragem não chegam para regar aquilo que estamos a dizer e para não lesar também da parte que está a jusante da Cova da Beira. Portanto, temos de inventariar algumas albufeiras capazes de servirem de reforço a esta barragem. É um ponto assente, e temos capacidade tal como outros todos de testarem esse plano, seja da direita ou da esquerda. Estamos todos no mesmo barco. É uma questão de ajustarmos melhor isto e aprovarmos todos esta proposta que foi aqui manifestada. -----

Em relação às acessibilidades aprovo e acho que devemos todos de aprovar. Quanto mais acessibilidades tivermos melhor. O nosso concelho sofre de acessibilidades muito grandes quer para leste, nós estamos bloqueados nesta fase do campeonato por duas coisas, linha férrea a norte, auto estrada a norte, é a linha férrea a poente e é a auto estrada a poente, é uma barreira psicológica como já tenho vindo a dizer de Espanha, e é a sul a Barragem e Malcata, portanto, estamos bloqueados, isto é a ilha da Madeira, como é que queremos desenvolver o turismo se não temos acessibilidades. As acessibilidades têm de ser repostas.” -----

Após as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou a **proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD**, na qual são apresentados **contributos para as Orientações Estratégicas de Desenvolvimento “Sabugal 2030” à votação**, tendo a **Assembleia Municipal, deliberado**, por maioria, com uma abstenção, **aprovar a mesma**. -----

Continuando o senhor Presidente da Assembleia em exercício informou que tinham dado entrada duas **Moções apresentadas pelo Grupo da CDU (Senhor João Manata e Senhor João Duarte) sobre: -**





**“Moção A: -----**

**Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático -----**

*O processo de agregação/extinção de 168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. -----*

*Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existente. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono.*

*Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia, identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----*

*Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. -----*

*De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----*

*Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----*

*Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. -----*

*O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. -----*

*A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. ---*

*A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática. -----*

Assim, a AM do Sabugal reunida a 30 de setembro de 2020, delibera: -----

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; -----

2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021. -----

Os membros eleitos da CDU na AM do Sabugal -----

João Carlos Taborda Manata -----

João Manuel Aristides Duarte.” -----

**Moção B:** -----

**“A regulamentação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco é uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração Local:** -----

*A atual situação que vivemos, veio evidenciar a importância dos serviços públicos e dos seus trabalhadores nas respostas às necessidades das populações. -----*

*Diariamente milhares de trabalhadores da administração local asseguram os serviços essenciais às populações, salvaguardando a saúde pública, respostas sociais e a continuidade da qualidade de vida da população. -----*

*Estes trabalhadores prestam o seu serviço expondo-se a riscos acrescidos sem qualquer compensação suplementar. A valorização dos trabalhadores, mais do que com palavras de circunstância ou atos simbólicos, faz-se com medidas concretas, nomeadamente com o reconhecimento da natureza insalubre, penosa e de risco de várias atividades e que a esse reconhecimento corresponda uma justa e necessária compensação remuneratória. -----*

*A regulamentação e aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco é há muito uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração Local que apesar de prevista e reafirmada no quadro legal, nomeadamente na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, tarda em ver a sua aplicação efetivada. -----*

Regra geral, as autarquias Locais pautam a sua ação pelo respeito, valorização e promoção das condições dos seus trabalhadores, sobretudo daquelas que dizem respeito às suas condições de saúde, higiene e segurança. Assim a Assembleia Municipal do Sabugal, reunida no dia 30 de setembro de 2020, delibera: -----

1. Saudar todos os trabalhadores que diariamente prestam serviços essenciais às populações e sensibilizar os órgãos competentes para a necessidade de ajustar a legislação à rudeza e perigosidade da sua função. -----

2. Exigir do governo e da Assembleia da República a aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco aos trabalhadores da Administração Local. -----

Uma vez aprovada, esta Moção deve ser enviada aos Grupos parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor 1º Ministro, aos órgãos representativos dos trabalhadores. -----

Os eleitos da CDU na AM Sabugal -----

João Carlos Tabora Manata -----

João Manuel Aristides Duarte” -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou a votação: ----

**Moção A: Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático apresentado pelo Grupo Municipal do CDU**, tendo a Assembleia Municipal, **deliberado**, por maioria, **aprovar a Moção apresentada**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

**Votos a Favor: 32** -----

**Votos Contra: 10** -----

**Abstenções: 10** -----

**Moção B: A regulamentação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco é uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração Local**, e depois de ter procedido à sua leitura colocou-a à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, **aprovar a Moção apresentada**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

**Votos a Favor: 31** -----

**Votos Contra: 09** -----

Abstenções: 14 -----

## ORDEM DO DIA

### 1. PONTO 1 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO SABUGAL (CPCJ) -----

A Assembleia Municipal **deliberou**, por escrutínio secreto, designar Paula Sofia Gamito Domingues e Maria Belmira Pires Fernandes para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Sabugal, tendo sido apurado o seguinte resultado: -----

**Para substituir o Senhor Joaquim Carreto:** -----

**Paula Sofia Gamito Domingues – Proposta pelo PSD – 27 Votos** -----

**Carla Baltazar – Proposta pelo PS – 26 Votos.** -----

**Para substituir a Senhora Ester Saldanha:** -----

**Maria de Fátima Assunção Pinheiro – Proposta pelo PSD – 26 Votos;** -----

**Maria Belmira Pires Fernandes – Proposta pelo PS – 27 Votos.** -----

### PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que “*este ponto é normal nesta assembleia de setembro. As Câmaras Municipais têm a possibilidade e capacidade de alocar até 5 % do IRS pago no seu concelho, para ser receita corrente na Câmara. Podemos libertar entre 0 a 5%. Nós, ao longo dos anos, e desde 2004, libertámos os 5% para o contribuinte, uma medida que nós entendemos ser de apoio às pessoas. Este ano não fizemos diferente, e é essa proposta que é apresentada.*” -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. A **Assembleia Municipal**, face à informação n.º 3159, datada de 11-08-2020, referente à



participação variável no IRS, **deliberou**, por maioria, **com 1 abstenção**, **prescindir da participação de IRS (até 5%) para o ano de 2021**. -----

**PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM A APLICAR PARA O ANO DE 2021, NOS TERMOS DO ART.º 106.º DA LEI N.º 5/2004 DE 10 DE FEVEREIRO “LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS”, ALTERADA PELO DECRETO – LEI N.º 92/2017, DE 31 DE JULHO** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que *“é uma situação em que se a Câmara cobrar uma taxa de 0,25 às operadoras de telecomunicações, eles vão repercuti-la no cliente, e, portanto, é prática também do nosso Município aprovarmos uma comunicação às operadoras que não aplique essa taxa porque o Município abdica dela.”* -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A **Assembleia Municipal**, face à informação n.º 3161, datada de 11-08-2020, referente à **Taxa Municipal de Direito de Passagem** a aplicar para o **ano de 2021**, nos termos do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro “Lei das Comunicações Eletrónicas”, alterada pelo Decreto – Lei n.º 92/2017, de 31 de julho, **deliberou**, por unanimidade, **manter a taxa em vigor de 0%**, viabilizando a sua inclusão na Tabela de Taxas a aprovar para vigorar em 2021. -----

**PONTO 4 -DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO APOIO AUXILIAR ÀS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que *“para suprir necessidades indicadas pelo Agrupamento de Escolas relativamente às tarefas, funcionam nas escolas EBI de Aldeia de Santo António, EBI*



de Aldeia Velha, Ruvina, Soito, Jardim de Infância do Soito e unidade de apoio à multideficiência do Sabugal, é proposto um protocolo com a União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, Junta de Freguesia de Aldeia Velha, Junta de Freguesia da Cerdeira, Junta de Freguesia de Soito e União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas. Estes contratos interadministrativos necessitam de ser validados e votados nesta assembleia e é uma proposta de aprovação destes contratos interadministrativos.”

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 3187, datada de 12-08-2020, **deliberou**, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar a Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências**, com a União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, a Junta de Freguesia de Aldeia Velha, a Junta de Freguesia de Cerdeira, a Junta de Freguesia do Soito e a União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, **para Apoio Auxiliar nas EBI do Concelho do Sabugal e despesas inerentes – ano letivo 2020/2021**. -----

**PONTO 5 -DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS DE INTERESSE MUNICIPAL** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

O senhor **Presidente da Câmara** referenciou que “*este Regulamento foi trabalhado no âmbito do executivo e no âmbito de uma comissão interna. No fundo é um trabalho de melhoria de um regulamento de apoio a iniciativas empresariais de interesse municipal que tínhamos em 2012, e que, tendo em conta os novos desafios e já contempla situações relacionados com o COVID-19. É um documento de enquadramento e apoio das iniciativas que se apresentem por privados, perante a Câmara, para o desenvolvimento económico do concelho. Esteve em discussão pública e foi votado no seio do executivo municipal e aqui presente para discussão, e espero, aprovação.* -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----



M

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 3680, datada de 15-09-2020, **deliberou**, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Joaquim Brázia, **aprovar o Projeto de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais.** -----

**PONTO 6 -DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE ISENÇÃO DO REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA (REAP), NO ÂMBITO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AGRÍCOLA -**

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Acerca do ponto a discutir, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“O Regime de Exercício da Atividade Pecuária, ou REAP, que regula o licenciamento da atividade pecuária, foi aprovado em Assembleia Municipal em 28-12-2015, há quase 5 anos, reconheceu esta atividade como sendo de interesse público municipal. Na altura, no sentido de agilizar a legalização de uma enorme quantidade de edificações de apoio à pecuária que existiam no concelho do Sabugal. Recentemente detetámos que tem havido licenciamentos, construções, alterações, e que, embora esta Assembleia tenha aprovado um Regulamento de Taxas, Tarifas e Licenças, verificámos que havia a necessidade, através desse Regulamento, de pagamentos, em alguns casos excessivos para a expectativa dos trabalhadores da pecuária. Nesse sentido, enquadrámos uma informação para a isenção desse tipo de pagamentos, e é isso que temos aqui nesta Assembleia, é para esta atividade em particular, para esta particular legalização de instalações agrícolas propõe-se esta isenção previamente aprovada pela Câmara Municipal, mas que necessita de ser aprovada pela Assembleia Municipal e enquadrada pelos serviços da Câmara.”* -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 3681, datada de 15-09-2020, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o Regime especial de isenção do Regime de Exercício da Atividade Pecuária (REAP), no âmbito de processos de licenciamento agrícola.** -----

**PONTO 7 -DISCUSSÃO E VOTAÇÃO PROPOSTA DE UMA ÁREA DE CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO, CONFORME REQUERIDO POR FRANCISCO ANDRÉ VICENTE** -----



O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Acerca do ponto a discutir, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“Poderão considerar o assunto de baixa ou pouca relevância, no entanto, até como pedagogia para situações em que esteja efetivamente em causa a aceitação de outros bens maiores para o domínio público, a verdade é que a legislação que enquadra este tipo de cedências obriga a que a Assembleia Municipal tenha de aprovar a aceitação de 2,24 m<sup>2</sup> que o senhor Francisco André Vicente quer ceder em Aldeia da Ponte. O requerente propõe a cedência ao domínio público de 2,24 m<sup>2</sup>. E, ao fazer isso, a Câmara aprovou esta cedência, e agora é a Assembleia que tem de a validar tendo em conta o n.º 1 do art.25.º da Lei 75/2013.”* -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Brázia**: -----

*“São 2.24 m<sup>2</sup>, a legislação obriga a que nós nos manifestemos quer seja por 1 m<sup>2</sup> ou 100 m<sup>2</sup>, ou haverá alguma área em que não há necessidade de a Assembleia Municipal de se manifestar. É que se assim for eu já tenho muitas cedências.”* -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse que foi claro nessa situação, *“está aqui porque efetivamente é necessário que a Assembleia se pronuncie. Até o requerente tem vantagem que isto fique tudo clarificado e validado. Não há limite, é a legislação que temos.”* -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 1946, datada de 20-05-2020, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de cedência ao domínio público de uma área 2,24 m<sup>2</sup>, conforme requerido por Francisco André Vicente.** -----

**PONTO 8 -DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS DE PRÉDIOS LOCALIZADOS NA LOCALIDADE DE SORTELHA – RAÍZES APELATIVAS, LDA** -----



17

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Acerca do ponto a discutir, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“É um pedido idêntico a outros que já foram aqui votados, de libertação do IMT. É uma sociedade que tem esse nome – Raízes Apelativas Lda. – e que adquiriu dois imóveis. Alegando todas aquelas situações que já conhecem, a Câmara Municipal tem de deliberar, tem a ver com o enquadramento do estatuto de benefícios fiscais e também com o facto do Sabugal estar enquadrado numa região economicamente desfavorecida. Qualquer investimento deste tipo é bem-vindo. -----*

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra à senhora **Presidente da Junta de Sortelha, Fernanda Esteves**, que informou que iria abster-se da votação uma vez que faz parte da empresa Raízes Apelativas, Lda.. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 3469, datada de 28-08-2020, referente ao pedido de isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de prédios localizados na localidade de Sortelha, requerido pela Sociedade Raízes Apelativas Lda., **a Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis**, da aquisição dos seguintes prédios, localizados na freguesia de Sortelha, concelho do Sabugal, nos termos e com os fundamentos constantes da informação: -----

- Prédio urbano, sito no Largo de Santo António ou Arrabalde, freguesia de Sortelha, concelho de Sabugal, inscrito na matriz sob o n.º 1192 e descrito no conservatório do Registo Predial do Sabugal sob o n.º 138; -----
- Prédio urbano, sito em Fundo do Povo ou Largo de Santo António, freguesia de Sortelha, concelho de Sabugal, inscrito na matriz sob o n.º 1193 e descrito na conservatória do Registo Predial do Sabugal, sob o n.º 137. -----

Não participou na discussão e votação deste assunto, por impedimento, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Fernanda Esteves. -----

**PONTO 9 -TOMADA DE CONHECIMENTO DO MAPA DE EMPRÉSTIMOS – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019 -----**



13

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** referiu: -----

*“Diria mais de que, para além da tomada de conhecimento, o documento foi votado na sessão de abril, entretanto, os serviços técnicos da Câmara encontraram um lapso na página dos empréstimos, que se propuseram a corrigir e, de certa forma, dar conhecimento à Assembleia. Isto porque a dívida, no mapa de empréstimos, a 31 de dezembro de 2019 não era 4 milhões e 327 mil euros, mas sim 3.774.712, 41 euros. Esta alteração é uma alteração ao mapa de empréstimos, uma folha que faz parte do relatório de contas que foi aprovado em abril e veio aqui à Assembleia para tomar conhecimento.*”

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 3673, datada de 15-09-2020, **tomou conhecimento** do mapa de empréstimos – prestação de contas de 2019. -----

#### **PONTO 10 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO DE 2020 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2020-2023** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

Em relação ao ponto 10, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“Atualmente chama-se alteração orçamental modificativa, e podemos, ao longo do ano fazer as alterações que entendermos, e esta é uma revisão técnica. É uma revisão para aconchegar os projetos que estão atrasados e que nesta altura do ano já sabemos o que é que vai ser executado em 2020 e o que não vai ser executado em 2020 e vai ser transitado para 2021. Para aliviarmos de certa forma o orçamento, e para que a execução orçamental no final do ano seja mais próxima da realidade, fez-se essa alteração e aproveitou-se para alterar ou reforçar alguns projetos ligados ao Sabugal Digital.”* ---

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----



17

A **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com 4 abstenções dos senhores Alexandre Gonçalves, Luís Nunes, Marisa Martins e Carla Baltazar, **aprovar a 3.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento para 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.** -----

**PONTO 11 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REVERSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE E MINUTA DO CONTRATO DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA REFERENTE À AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO, SITUADO NO LOTE 41, TAPADA NOVA, NA ZONA INDUSTRIAL DO SABUGAL** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Acerca do ponto a discutir, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“Neste tema que é mais que conhecido e debatido por esta assembleia e por outros sabugalenses, tenho apenas a referir o que se transcreve na proposta apresentada. -----*

*Reconhecendo que o assunto não foi bem conduzido na primeira abordagem a esta aquisição, pois verdadeiramente nunca se pretendeu pagar, negociar, adquirir qualquer direito de superfície, mas sim o imóvel aí construído, levando o tribunal de Contas a não emitir visto prévio favorável, apesar das nossas tentativas em demonstrar o objeto da aquisição, e cujo recurso não foi aceite. -----*

*Encetámos nova abordagem, procurámos situações semelhantes, requeremos a juntar às restantes, uma outra avaliação do imóvel, foi lavrada uma minuta de escritura conducente com o pretendido e clarificando a reversão graciosa do direito de superfície, aceite pelas partes, sendo prévia condição para o sucesso da transação do edifício e é esse resultado que é apresentado. -----*

*. O que o executivo municipal votou na Reunião de Câmara de 10-07-2019 foi a aquisição de um edificado, não foi a aquisição de terreno ou direito de superfície. Por questões técnicas foi introduzida essa terminologia na minuta e o Tribunal de Contas entendeu que o direito de superfície era da Câmara e revertia. É aquilo que nós estamos a apresentar hoje, para além das três avaliações que a gente tinha, mandou executar mais uma avaliação sobre o prédio, que se junta aí, e hoje o que se propõe é a aquisição do edificado, exatamente pelo mesmo valor que foi negociado com os proprietários, e a aprovação da minuta em conformidade, onde fica claro que os vendedores do edificado aceitam a reversão e a Câmara aceita essa reversão do direito de superfície. Não está em causa a aquisição de terrenos. É proposto a aquisição do edificado pelo valor de 710 mil euros, e é, repito, o edificado. -----*



*Fala-se também na exposição da bondade da aquisição daquele espaço. Evidentemente que compreendo que possa haver gente que entendia que fazer o edifício novo era melhor, pode haver gente que entende que é muito caro, mas dou-vos dois pequenos exemplos de situações em que a Câmara está envolvida em aquisições, e que também foram votadas nesta Assembleia. A antiga fábrica da Cristalina no Soito, que foi adquirida com o edificado que está lá por 750 mil euros, mais 10 prestações de 125 mil euros, ou seja, 2 milhões de euros que a Cristalina custou à Câmara. Quero-vos dizer que temos um projeto para a recuperação de centro qualificado para teletrabalho e outras atividades de trabalho, na zona industrial do Sabugal, que é aquele edifício junto ao senhor Janela, atrás dos antigos armazéns neca. Mandámos encetar o projeto, estamos agora a candidatar-nos à CCDR para uma linha de infraestruturas de apoio empresarial, estamos a fazer essa candidatura até 30 de outubro, e custa cerca de 1 milhão e 200 mil euros. O edifício que está ao lado, reparado e preparado para acolher esse tipo de serviços que eu vos falei, para empresas digitais e outro tipo de empresas de inovação, vai custar 1 milhão e 200 mil euros. -----*

*Portanto, meus caros, os dados estão em cima da mesa. Cada um votará em responsabilidade e não quero, não necessito violar consciências de ninguém. Cada um votará em conformidade, na certeza, porém que o Sabugal necessita de um espaço de exposições, um espaço para ceder muito mais para eventos da Câmara Municipal, ceder às empresas, às associações. -----*

*Portanto, fiz o meu trabalho, espero que cada um de vocês faça o vosso. -----*

*Dizer-vos que na Câmara Municipal a votação foi: os 4 elementos do PSD a favor e os 3 do Partido Socialista abstiveram-se. -----*

*Uma nota final. A alteração legislativa, entretanto, aprovada dispensa de visto prévio esta aquisição. No entanto, pelo histórico, acautelamos o seu envio ao Tribunal de Contas, na certeza, porém, de que se o visto for recusado, a aquisição não avança. Da minha parte, seja qual for o desfecho, considero que tudo fiz para que o Sabugal pudesse ter um Centro de Eventos e Exposições, ao menor preço, com espaço adequado e qualificado para responder às exigências do fim predestinado. -----*

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **João Manata** que perguntou ao senhor Presidente da Câmara “*se já transitou tudo em julgado?*” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que “*nós fizemos a contestação do processo, recebemos a negativa de que não era aceite o nosso recurso. Efetivamente eu sei que nas plataformas das redes sociais aparece que ainda não transitou em julgado. Questionei o jurista que colaborou*

conosco na elaboração deste processo, por uma questão que foi levantada hoje. E a resposta que obtive é esta: ‘senhor Presidente, isto está sempre em aberto porque tinham outras instâncias superiores para recorrer.’ Não sou jurista, de qualquer forma a Câmara Municipal optou por não teimar nesse alinhamento de contestação processual e judicial. Preferimos iniciar novo processo, clarificando o que correu mal”. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, **deliberou**, por maioria, com 4 votos contra e 13 abstenções, **aprovar a reversão** para o Município, sem indemnização, do direito de superfície constituído por escritura de 31 de dezembro de 1991, e a consequente **aquisição do edifício** (prédio urbano), constituído por uma unidade fabril, situado na Tapada Nova ou “Zona Industrial”, lote quarenta e um, na União de Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António, concelho de Sabugal, inscrito na respetiva matriz da freguesia do Sabugal e Aldeia de Santo António sob o artigo **2433**, descrito na Conservatória do Registo Predial do Sabugal sob o **número 666/911021**, composto por três pisos (cave, rés-do-chão e 1.º andar) e logradouro, com área bruta de construção de 3600,00 m<sup>2</sup>, pelo valor de 710.000,00 € (setecentos e dez mil euros), para os quais existe financiamento aprovado e contratado. -----

**PONTO 12 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO REFERENTE À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO EM VIGOR NO VALOR TOTAL DE 3.160.000,00€ (SUBSTITUIÇÃO DE INVESTIMENTOS PREVISTOS)** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Acerca do ponto a discutir, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“Nós temos um contrato visado com o Tribunal de Contas no dia 17 de junho de 2019, que aprovou uma relação de investimentos que eu vou ler: -----*

*- Aquisição de edifício para instalação de serviços e realização de feiras, exposições e outros eventos: 710.000,00 euros; -----*

*- Recuperação das margens do Côa entre Pontes – 2.ª fase (praia fluvial): 800.000,00€; -----*



- *Infraestruturas da barragem – turismo e lazer – centro náutico: 1.000.000,00€; -----*
- *Infraestruturas da barragem – turismo e lazer – estruturas de recreio e lazer: 500.000,00€; -----*
- *Aquisição de terrenos para a recuperação das margens do Côa entre Pontes – 2.ª fase (praia fluvial): 50.000,00€; -----*
- *Aquisição de terrenos para infraestruturas da barragem – Turismo e lazer: 100.000,00€. -----*

*Isto foi o que o Tribunal de Contas nos aprovou e foi aprovado nesta Assembleia.” -----*

Fazendo um ponto de situação dos projetos, o senhor Presidente da Câmara disse que, relativamente à aquisição do edifício para instalação de serviços e realização de feiras, exposições e outros eventos, a Assembleia Municipal já está a par da situação. -----

*“Relativamente à recuperação das margens do Côa e entre pontes o projeto está praticamente concluído. Houve uma reunião recente, com a Agência Portuguesa do Ambiente e com o Ambiente, para concertar a questão da piscina descoberta junto à praia fluvial, que está ainda em aberto. Segundo a informação que tenho correu bem, o projetista está a refazer e a construir aquilo que vai de encontro às indicações da Agência Portuguesa do Ambiente. Temos como fasquia 800 mil euros e se não for este ano, no máximo no próximo o concurso está lançado. -----*

*Os 500 mil euros das infraestruturas de turismo e lazer é para a colocação do embarcadouro do lado esquerdo da barragem. O projeto quando foi apresentado na Assembleia Municipal era um projeto global, com um valor de 3 milhões de euros. Pedimos à empresa que fizesse a desagregação, transformando um projeto em 4 ou 5 projetos, e este é um deles. E, portanto, é uma situação que vai ser lançada em paralelo com o lançamento da praia fluvial. -----*

*A questão da aquisição de terrenos, quer para um lado, quer para o outro, é evidente que está em execução à medida da abertura dos projetos. -----*

*Deixo o centro náutico para o fim, 1 milhão de euros. 1 milhão de euros foi aqui colocado para desenvolver a estrutura do centro náutico. Quero-vos dizer que, ao longo deste tempo, quer com associações de remo, de vela, de canoagem, tem havido muitas reuniões e tem havido alguma dificuldade em protocolar inícios de protocolos com eles ao vincularem-se a projetos deste tipo em termos de gestão de utilização. Cheguei à conclusão, infelizmente, que a avançar com a construção do centro náutico sem ter viabilização da sua utilização e parceiros para a gestão, podíamos estar a criar um problema, no lugar de resolver. Devemos dar passos seguros e neste momento não tenho essa confiança. -----*



*É proposto que esse valor (1 milhão de euros) seja afeto ao projeto da Requalificação da Entrada Sul do Sabugal, ligando ao projeto da Praia Fluvial. O Projeto da Entrada Sul está quase finalizado e pronto a concurso. Esta é também uma obra muitas vezes requerida e desejada nesta Assembleia. ---  
A alteração da utilização do empréstimo exige o reenvio a Tribunal de Contas. -----*

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **João Manata** que perguntou ao senhor Presidente da Câmara *“tendo o Tribunal de Contas reprovado a compra da Dache, concordo com tudo o que aí está em termos de obras, mas temos aqui uma questão legal, se o Tribunal de Conta recusar o visto da Dache, será que essa parte do empréstimo não é nula.” -----*

Seguiu-se o senhor **Vítor Cavaleiro**: -----

*“Sou apologista destas obras, obviamente, reconheço outras também. Na altura eu tinha questionado a senhora arquiteta que nos apresentou o projeto e eu perguntei-lhe se ela conhecia o projeto da Barragem de Avis. Avis, que é a capital da canoagem. E aqui a barragem e a dimensão desta barragem, a meu ver isso sim, seria um projeto com pés e cabeça, não é um ancoradouro. A par disso temos outros problemas, imaginemos que aprovamos tudo isto, e que o senhor Presidente tem essa faculdade de levar a bom efeito esse empréstimo e essa execução de obras, onde é que está a segurança de quem lá vai? Não há nesta fase do campeonato um circuito à volta da barragem para proteção, nem sequer de quem toma banho, quanto mais de um pequeno barco ou canoa.” -----*

Foi ainda concedida a palavra ao senhor **Joaquim Brázia**: -----

*“A questão que eu ia pôr, já foi posta aí pelo senhor João Manata. Realmente é muito bom todos estes projetos, sem dúvida nenhuma. Eu congratulo-me finalmente que a entrada sul do Sabugal vá avante, sou uma das pessoas que tem batalhado muito por esta entrada sul. No entanto, estar a excluir o Centro Náutico e colocar o projeto entrada sul, o Tribunal de Contas não vai chatear-nos por causa desta situação?” -----*

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“A questão do Manata tem muito a ver com a questão do Brázia, que é a questão do Tribunal de Contas, isto é tudo encadeado, ou seja, nós vamos enviar a aquisição da Dache para Tribunal de*





*Contas novamente, e nós vamos enviar esta reformulação do empréstimo para Tribunal de Contas. As duas questões vão voltar novamente a Tribunal de Contas. Nem a Câmara, nem o Presidente Robalo, nem a Assembleia Municipal podem alterar isto sem ir a visto. Sem visto não há Expo Sabugal, nem Entrada Sul!* -----

Relativamente às questões levantadas pelo senhor Vítor Cavaleiro, o senhor Presidente da Câmara referiu que *“gostava que o senhor Vítor Cavaleiro fosse mais conciso naquilo que diz. Falou da barragem de Avis, e depois não falou nada da Barragem de Avis. Estou habituado a ouvir-lhe falar de grandiosos projetos, projetos que todos sonhamos, mas a realidade vence sempre o nosso sonho. Devemos sempre concretizar o que afirmamos. Os embarcadouros não prestam, é preciso pensar a segurança, são afirmações suas. Claro que é preciso pensar a segurança, e avançar com segurança. Por isso este compasso de espera na construção do Centro Náutico, tentando encontrar soluções sustentáveis e de futuro.* -----

*Portanto, meus caros, descanso completo relativamente à tramitação processual, isto vai ter de ir novamente a tribunal de Contas, e, dizer que neste momento temos a oportunidade de fazer, em consonância com a obra da praia fluvial, a requalificação da entrada sul. Mas, nada disto avança sem os vistos do Tribunal de Contas.”* -----

O senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu a palavra à senhora **Marisa Martins**: -----

*“A minha questão acabou por ser respondida pelo senhor Presidente. Por isso, em vez de fazer uma questão, vou felicitá-lo porque percebi que assumiu que o Centro Náutico não é viável. Era uma questão que passou a ser uma felicitação.”* -----

Respondendo à senhora Marisa Martins, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*Eu disse que não desisti do Centro Náutico. Reafirmo, que talvez seja mais acertado que o Centro Náutico possa ser concessionado a um privado porque a gestão pública não é solução.”* -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, **deliberou**, por maioria, **com quinze abstenções e três votos contra**, **aprovar a proposta de alteração ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo em vigor no valor total de 3.160.000,00€.** -----





Foi apresentada uma declaração de voto por parte da senhora **Presidente da Junta de Quadrazais, Silvina Silva**: -----

*“Tudo o que tenha a ver com a barragem, é um ponto que também nos magoa a nível de Quadrazais, porque é tudo feito na base de Sabugal-Malcata, Quadrazais ficamos com um pequeno ancoradouro, ou pelo menos, era isso a que estaria destinado, o que não posso concordar, porque quero mais para a zona da barragem de Quadrazais.”* -----

Foi ainda concedida a palavra ao senhor **João Manata**: -----

*“Ressalvo o seguinte, embora concordando com as obras todas, votamos contra porque continuo a ter dúvidas que o Tribunal de Contas não vá reprová-lo por causa do problema da Dache.”* -

### **PONTO 13 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS CONTIDAS NO DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO QUE DEFINE O MODELO DE COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Acerca do ponto a discutir, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“Nós estamos com Penamacor e no âmbito da Reserva Natural da Serra da Malcata em conversações com o Secretário de Estado das Florestas, João Paulo Catarino e com a nova Presidente do ICN, estruturar um modelo de cogestão em que as Câmaras Municipais do Sabugal e Penamacor e entidades do Sabugal e Penamacor são intervenientes na definição da estratégia e da cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata. Para que possamos desenvolver este tipo de trabalho é necessário que as Câmaras Municipais respetivas aceitem a competência do Decreto-Lei n.º 116/2019, que tem precisamente a ver com a participação de órgãos municipais na gestão de reservas e espaços naturais. No seguimento, proponho a esta Assembleia que aceite a transferência desta competência.”*

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o ponto à votação. -----



Face à proposta aprovada, por unanimidade, pela Câmara Municipal em reunião de câmara realizada no dia 16-09-2019, relativamente à transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, a **Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aceitar as competências vertidas no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto que define o modelo de cogestão das áreas protegidas.** -----

#### **PONTO 14 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL** -----

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Acerca do ponto a discutir, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“Foi enviado o relatório do Revisor Oficial de Contas, contratado por esta Assembleia para validar as contas do Município, portanto, é um relatório semestral, para conhecimento. E queria deixar-vos as seguintes notas: -----*

- 1- *‘Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Sabugal com referência a 30 de junho de 2020, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (86,09%) é superior à execução da despesa total (55,53%). -----*
- 2- *O Município do Sabugal, no primeiro semestre de 2020 arrecadou mais receita, em cerca de 1.567.338€ (+15,96%), do que relativamente ao período homólogo. -----*
- 3- *No primeiro semestre de 2020 executou mais despesa em cerca de 120.170€ (+1,66%) do que relativamente ao período homólogo.’ -----*

Dois dados importantíssimos: -----

- 1- *O Município não apresenta quaisquer valores de pagamento em atraso; -----*
- 2- *O Município apresenta um prazo médio de pagamento de 1 dia. É de valorar o trabalho dos nossos serviços, relativamente a esta matéria. -----*

*Como sabem, relativamente à dívida total, aliada à capacidade de endividamento, embora haja uma lei geral que nos diz que tínhamos um limite de endividamento de 21 milhões de euros. A dívida total neste momento é 4 milhões e 300 mil euros. Portanto, temos uma margem de 17 milhões de euros. Só que depois, vem o Orçamento de Estado dizer-nos ‘tenham cuidado, não podem gastar os 17’. Temos uma boa capacidade de endividamento. -----*



*Era isto que vos queria deixar como notas particulares deste relatório do Revisor Oficial de Contas.”*

O senhor **Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra à senhora **Marisa Martins**. -----  
Tomando a palavra, perguntou ao senhor Presidente se seria possível esclarecer a proveniência da ‘mais receita’ e se o valor de despesa de 120 mil euros está relacionado com o COVID-19. -----  
Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

*“Quero dar-vos nota de uma coisa. Relativamente à parte de ‘mais receita’, de 1 milhão e meio. As obras, nós idealizamo-las, projetamo-las, candidatamo-nos, mas a execução e o início de execução é demorado. Eu creio que, neste momento, o próprio quadro comunitário, e as obras do quadro comunitário estão a avançar num ritmo mais elevado do que estavam há 2 ou 3 anos atrás, e acredito que, muitas dessas transferências tenham a ver com execuções de obras do quadro comunitário que estão em curso, ou, o dinheiro que foi gasto na rua 5 de Outubro possivelmente já o recebemos este ano. Tem a ver essencialmente com isso. É evidente que, no âmbito do COVID-19, quero que tenham consciência que nós, além de gastarmos em situações que não estavam previstas, e se olharem para as medidas que foram aprovadas e divulgadas na comunicação são muito limitadores em termos de arrecadação de receita para a Câmara. Penso que o ano de 2020 vai ser um ano em que não vamos ter no final do ano tanta receita, porque ao pôr isenção em tantas atividades económicas, nós vamos perder alguma receita corrente, mas foi por uma boa causa. Nós temos de contabilizar no COVID não apenas o que gastámos, mas também o que deixámos de receber.” -----*

O senhor **Joaquim Brázia** interveio ainda para felicitar a Câmara Municipal do Sabugal pelo modelo de pagamento que tem. *“Não são todas as Câmaras do país que conseguem gabar-se de pagar a um dia. Parabéns.” -----*

Respondendo à congratulação do senhor Joaquim Brázia, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----  
*“Senhor Brázia, quantas vezes, há anos atrás, havia aquele receio de contratualizar com as Câmaras. A Câmara orgulha-se de que nenhum fornecedor tem receio de negociar e contratualizar com a Câmara porque sabe que a Câmara do Sabugal paga e paga em tempo útil.” -----*

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal **tomou conhecimento da Informação Financeira Semestral** emitida por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. -----

PONTO 4 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O **senhor Presidente da Assembleia em exercício** tomou a palavra para questionar se alguém pretendia intervir em relação a algum ponto da atividade municipal. -----

Foi então, dada a palavra ao senhor **Vítor Cavaleiro**: -----

*“Quero dar o louvor ao Presidente pela forma como conduziu os trabalhos, com esta dificuldade da videoconferência, mas com alguma liberdade de pormos as nossas questões. É assim que nós devemos debater os problemas, e não nos cortar com 1 minuto ou 2. Parabéns senhor Presidente.”* -----

Seguiu-se a senhora **Marisa Martins** que disse: -----

*“Quero dar-lhe os parabéns, mas acima de tudo quero desejar toda a sorte do mundo para o novo cargo que vai desempenhar em breve.”* -----

Para terminar, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** agradeceu a colaboração de todos. *“Estivemos todos bem, dentro dos condicionalismos, acho que conseguimos levar o barco a bom porto, apesar de ter havido aqui alguns atrasos. Acho que isto não esteve mal.”* -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

## INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não tendo havido a possibilidade de munícipes estarem presentes e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram vinte horas e vinte minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia em exercício**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----



O Presidente da Assembleia em exercício, António Luís Miranda dos Santos Serra

António Luís Miranda dos Santos Serra

A Assistente Técnica, Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe

